

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

À MEMÓRIA DE ALBERTO SAMPAIO.

(sem indicação de autor)

Ano: 1956 | Número: 66

Como citar este documento:

(sem indicação de autor), À Memória de Alberto Sampaio. *Revista de Guimarães*, 66 (1-2) Jan.-Jun. 1956, p. 241-281.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

À memória de Alberto Sampaio

No dia 10 de Junho do corrente ano, foi solenemente inaugurado em Guimarães um monumento à memória do insigne Historiador Alberto Sampaio. De há muito que a Câmara Municipal desta cidade tomara a iniciativa desta homenagem ao grande vimaranense. Circunstâncias várias foram protelando o dia da sua realização, que finalmente teve agora lugar, com a cooperação da Sociedade Martins Sarmento.

Transcrevemos do diário portuense «Jornal de Notícias»:

«Pode afirmar-se que Guimarães, a vetusta e nobre cidade onde nasceu Portugal, viveu no domingo um verdadeiro dia de festa, com a inauguração do monumento ao insigne historiador vimaranense Alberto Sampaio.

A consagração, embora tardia, de um dos mais notáveis valores intelectuais portugueses da segunda metade do século XIX, deve-se à Câmara Municipal, que, assim, soube saldar dignamente uma dívida que se encontrava em aberto há longos anos.

Alberto Sampaio deixou, sem dúvida, o seu nome ligado, e de maneira fulgurante, à cultura nacional de investigação histórica. Não sendo extensa a sua obra é, contudo, como o afirmam os seus biógrafos, verdadeiramente notável pelo poder de síntese, de estruturação científica, de análise objectiva e de fórmulas incisivas e amplas de investigação e dedução.

Homem notável do seu tempo, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, representou principalmente, com Martins Sarmento e o Abade de Tágilde, uma alta escola de cultura científica e histórica, que haveria de projectar-se, pela luminosidade dos seus espíritos, nos mais prestigiosos centros da Europa.

Alberto Sampaio foi companheiro, entre outros, de Antero, Eça, Junqueiro e Oliveira Martins, afastando-se, no entanto de correntes políticas e filosóficas. Na velha terra de D. Afonso Henriques, longe das lutas estereis do partidarismo, Alberto Sampaio realizou, nobremente, a sua obra de investigação histórica e económica, legando-nos trabalhos de notável valor, tais como OS ESTUDOS DE ECONOMIA RURAL DO MINHO, A PROPRIEDADE E CULTURA DO MINHO, AS VILAS DO NORTE DE PORTUGAL e AS PÓVOAS MARÍTIMAS.

Labor intenso, metódico, orientado por um brilhante espírito e servido por uma cultura vasta e profunda, ele alargou-se até às mais remotas raízes da nacionalidade, analisando problemas complexos de história e ruralismo.

Foi este Historiador e Economista prestigioso que Guimarães consagrou no domingo, por iniciativa da Câmara Municipal, em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento.

As festas de homenagem a Alberto Sampaio principiaram com uma missa solene celebrada na Igreja da Colegiada, à qual assistiram a Câmara Municipal, autoridades, representantes de organismos corporativos e culturais, etc.

Pelas 15 e meia horas, no Largo dos Laranjais, procedeu-se à inauguração do monumento, da autoria do escultor António de Azevedo.

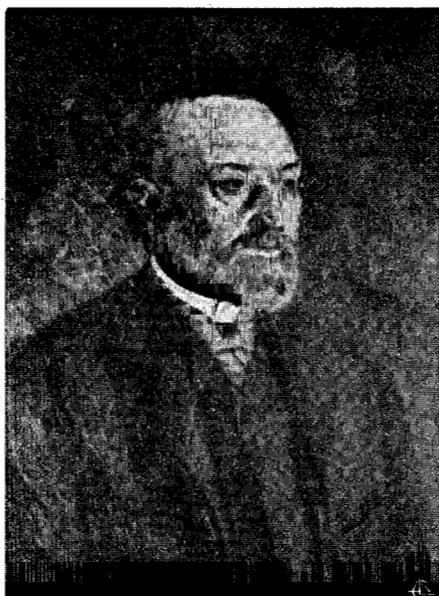
Estavam presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, bombeiros e banda de música, Mocidade Portuguesa, Legião, diversas colectividades com seus estandartes e muito povo.

Na tribuna improvisada no local presidiu o Sr. Tenente-coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil do Distrito, que se encontrava ladeado por várias individualidades, entre as quais destacamos: dr. José Maria de Castro Ferreira, presidente da Câmara Municipal; dr. Amândio Tavares, Reitor da Universidade do Porto; prof. dr. Torquato de Sousa Soares, lente da Universidade de Coimbra; dr. Luís de Pina, lente da Universidade do Porto; Almirante Sousa Ventura; Tenente Gonçalo Meireles, representante do Comando da 1.^a Região Militar; Coronel Mário Cardozo, presidente da Sociedade Martins Sarmento; Dr.^a D. Maria Emília dos Santos e Silva Amaral Teixeira, Directora do Museu Alberto Sampaio; Escultor António Azevedo; dr. Américo Guerreiro, Reitor do Liceu; Rev.^o Arcipreste, P.^e António Araujo Costa; jornalista A. L. de Carvalho; Rodrigo Pimenta, conservador do Arquivo Municipal; dr. Alberto Feio, dr. António Pinheiro Torres, do S. N. I.; dr. José Diogo, Prof. do Liceu; Mário de Sousa Meneses, Provedor da Misericórdia; Vereadores, Comandantes da G. N. R. e da P. S. P.; António Emílio Ribeiro, presidente do Grémio do Comércio, e muitas Senhoras.

Também se viam, entre a assistência, a sr.^a D. Emília Ermelinda Leal Sampaio da Nóvoa, sobrinha-neta do homenageado e seu marido Sr. Coronel Francisco da Nóvoa; e os srs. dr. Alberto Manuel de Sequeira Leal Sampaio, e sua esposa; dr.^a Augusta Leal Sampaio da Nóvoa e marido sr. Eng.^o Alberto Faria e D. Maria José Leal Sampaio Nóvoa, todos sobrinhos-bisnetos do homenageado.

Iniciada a cerimónia falou o sr. dr. José Maria de Castro Ferreira, presidente da Câmara Municipal. Depois de saudar as autoridades e representantes da Cultura, e de agradecer a presença do povo, que compreende e sente tudo o que lhe fala da grandeza da sua terra, pronunciou um magnífico discurso, concluindo, entre salvas de palmas, com as seguintes palavras:

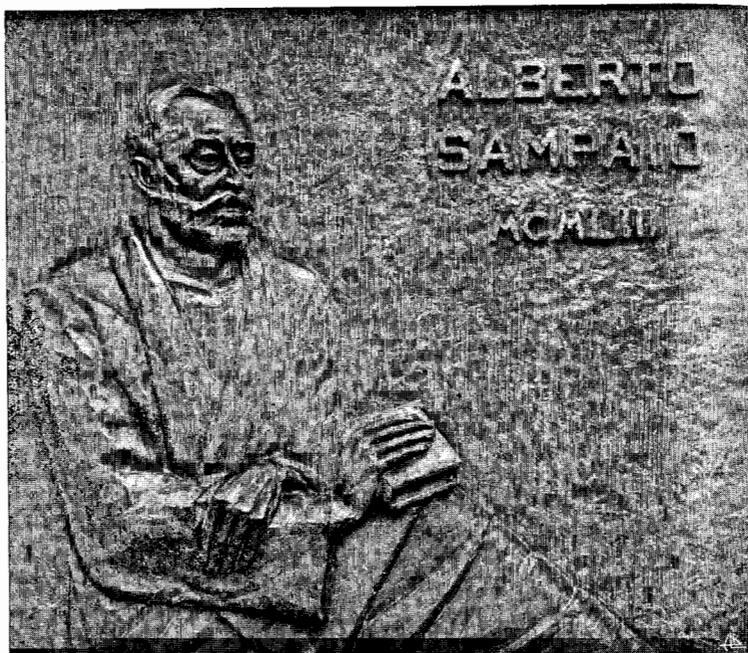
«Alberto Sampaio, como muitos dos seus contemporâneos, com os quais conviveu intimamente, honrou sobremaneira a mentalidade portuguesa.



DR. ALBERTO SAMPAIO

Retrato a óleo pelo Pintor Vimaranense

Prof. Abel Cardozo



ALBERTO SAMPAIO

(Bronze do Monumento inaugurado em Guimarães pela Câmara Municipal,
no dia 10 de Junho de 1956)

Escultor Prof. António de Azevedo

Martins Sarmento, Abade de Tágilde, Rocha Peixoto, Ricardo Severo, e muitos outros são dessa época, e conheceram bem o valor do homenageado de hoje.

Lúcio de Azevedo chamou-lhe justamente: «escritor notável e pensador egrégio, economista, historador que da seiva de Herculano se nutriu».

Aí fica o monumento, para que as gerações futuras sintam o esforço e sigam o exemplo de trabalho de Alberto Sampaio.

Como presidente da Câmara, sinto uma grande alegria em entregar este monumento ao culto dos meus contemporâneos, e só ambiciono que o venerem e respeitem como merece, por ser erigido a um dos grandes desta terra, que foi grande pelo coração e grande pelo espírito».

Seguidamente, a sr.^a D. Emília Ermelinda Leal Sampaio da Nóvoa, sobrinha-neta do homenageado, procedeu ao descerramento do bronze de Alberto Sampaio, acto que foi calorosamente aplaudido pela multidão.

Depois, usou da palavra o vereador sr. José Maria Pinto de Almeida que proferiu uma brilhante oração.

O Governador civil do Distrito, Sr. Tenente-coronel Armando Nery Teixeira, usando da palavra, confessou o prazer que sentia sempre que se deslocava a Guimarães. «Mas hoje — afirmou — redobra o meu entusiasmo, porque se comemora o Dia da Raça, e aqui nasceu Portugal, e porque hoje se presta homenagem justíssima a um ilustre filho desta terra, o historiador Alberto Sampaio que deixou uma obra insigne».

Depois de afirmar que os investigadores encontram sempre em Guimarães uma magnífica fonte de estudos, saudou a sua população na pessoa do Presidente da Câmara Municipal, que felicitou pela homenagem promovida ao inesquecível vulto, e por ter para a sua realização escolhido o «Dia da Raça».

Em seguida o sr. Alberto Manuel de Sequeira Leal Sampaio, sobrinho-bisneto do homenageado agradeceu, em breves palavras, em nome da família, a homenagem prestada a Alberto Sampaio.

Finalmente o sr. dr. José Diogo, vereador municipal do pelouro da Cultura, leu o auto da inauguração do monumento, que foi assinado pelas autoridades e elementos representativos presentes, e concebido nos seguintes termos:

AUTO DA INAUGURAÇÃO
DO
MONUMENTO ERIGIDO NO LARGO DOS LARANJAIS
DA CIDADE DE GUIMARÃES
À MEMÓRIA DO ÍNCLITO VIMARANENSE
Doutor ALBERTO SAMPAIO
NO ANO DE 1956

Aos dez dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, nesta Cidade de Guimarães e Largo dos Laranjais, foi solenemente inaugurado o Monumento erigido

pela Câmara Municipal à Memória do Sábio Historiador vimaranense Doutor Alberto da Cunha Sampaio, nascido em 15 de Novembro de 1841 e falecido em 1 de Dezembro de 1908, que bem mereceu dos seus concidadãos pela glória que alcançou para a sua Pátria, com os notabilísimos estudos históricos a que se dedicou.

Compareceram a este acto cívico, o Excelentíssimo Governador Civil do Distrito de Braga; o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Guimarães; os representantes de Instituições e Estabelecimentos Culturais e Científicos do País; os representantes das Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas locais; os representantes da família de Alberto Sampaio; a Imprensa; Agremiações Vimaranenses; Escolas e povo da Cidade.

E, para constar, se imprimiu em triplicado o presente Auto, para ser conservado um exemplar no Arquivo Municipal, outro na Biblioteca Pública Municipal e o terceiro no Arquivo da Sociedade Martins Sarmento.

Vai assinado pelo Excelentíssimo Governador Civil do Distrito de Braga e entidades presentes».

Finalmente, à noite, pelas 22 horas, teve lugar na Sociedade Martins Sarmento uma brilhantíssima Sessão Solene, na qual o Sr. Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares, ilustre catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Director do Instituto de Estudos Históricos «Doutor António de Vasconcelos», proferiu a sua anunciada Conferência subordinada ao título «ALBERTO SAMPAIO: O HOMEM E A OBRA».

Presidiu à Sessão o ilustre Reitor da Universidade do Porto, Sr. Prof. Dr. Amândio Tavares, que representava também o Sr. Prof. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos, presidente do Instituto de Alta Cultura, e tinha à sua direita o Sr. Dr. José Maria de Castro Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, e à esquerda o Sr. Tenente Gonçalo Meireles, representante do Ex.^{mo} General Cota de Moraes, Comandante da 1.^a Região Militar. Faziam igualmente parte da Mesa da Sessão o Sr. Dr. Felicíssimo de Campos, presidente da Junta da Província do Minho; Dr. Luís de Pina, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; António Santos da Cunha, presidente da Câmara Municipal de Braga, que representava igualmente o Ex.^{mo} Gov. Civil do Distrito; Rev.^o P.^e Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga; Dr. Américo Guerreiro, Reitor do Liceu

Nacional de Guimarães; Escultor António de Azevedo, Director da Escola Industrial; Tenentes Diamantino Morgado e Poças Falcão, respectivamente comandantes das secções da G. N. R. e da P. S. P.; Coronel Mário Cardozo, presidente da Sociedade Martins Sarmento; o representante do Rev.º Arcipreste, Sr. P.º António Araújo Costa; e as Senhoras D. Emília Ermelinda Leal Sampaio da Nóvoa, sobrinha-neta do homenageado, e D. Maria Emília dos Santos Silva Amaral Teixeira, Directora do Museu Regional de Alberto Sampaio. O conferencista Sr. Prof. Dr. Sousa Soares representava o Ex.º Reitor da Universidade de Coimbra.

Aberta a Sessão, usou em primeiro lugar da palavra o Sr. Coronel Mário Cardozo, presidente da Sociedade Martins Sarmento, que proferiu o seguinte discurso:

Ex.º Senhor Reitor da Universidade do Porto e representante do Instituto de Alta Cultura,

Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães,

Ex.º Representante do Senhor General Comandante da 1.ª Região Militar,

Ex.º Professor Sr. Dr. Sousa Soares, representante do Ex.º Reitor da Universidade de Coimbra,

Ex.ªs Autoridades Religiosas, Civis e Militares,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Cumpre-nos apresentar a V. Ex.ªs a expressão do nosso profundo agradecimento pela honra da vossa presença nesta Casa, as nossas saudações a este selecto auditório, e em especial a todas as entidades religiosas, civis e militares, aqui tão dignamente representadas.

Concedeu-nos V. Ex.ª, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, o encargo de abrímos, com algumas palavras, esta Sessão solene de homenagem à memória do vimaranense Doutor Alberto Sampaio. Incumbência alguma poderia ser mais grata ao nosso espírito, e que maior deferência traduzisse para com a Instituição que aqui modestamente representamos.

Não é a primeira vez, com satisfação o dizemos, que esta Sociedade presta o seu louvor e rende as suas melhores homenagens ao Nome glorioso do insigne Historiador vimaranense que foi Alberto Sampaio. Já em 1924, há 32 anos portanto, o saudoso Homem de Letras que se chamou Jaime de

Magalhães Lima aqui pronunciou, glorificando a memória de Alberto Sampaio, uma Conferência magnífica subordinada ao sugestivo título de «Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da História Nacional».

Novamente vamos ter, neste momento, o alto prazer espiritual de ouvir pronunciar o elogio da Obra incomparável do grande Historiador vimaranense, pela palavra do Sr. Dr. Torquato de Sousa Soares, portuense ilustre e um dos professores de maior prestígio na douta Universidade de Coimbra, que deste modo se dignou honrar a cátedra da nossa Instituição, a convite da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Guimarães, promotora das solenidades da inauguração do monumento que o escultor Sr. António de Azevedo concebeu, e que hoje foi descerrado nesta Cidade.

Com a inauguração do monumento a Alberto Sampaio, Guimarães pagou, finalmente, o justo tributo de gratidão que devia a um dos seus filhos mais ilustres. Sem dúvida que o dia mais oportuno para a inauguração de um monumento à memória do glorioso vimaranense teria sido o do Centenário do seu nascimento, que já passou há 15 anos, em 15 de Novembro de 1941. Contudo, é sempre tempo de resgatar honradamente o que se deve, por maior demora que as circunstâncias imprevistas tenham provocado, protelando a remissão dessa dívida que a nossa terra contrairá, de há muito, para com o nome de Alberto Sampaio, resgate que hoje se fez, com a elevação moral que nos merece quem, pela sua Obra literária, pelo seu saber, pelos seus métodos honestíssimos de investigador probo e sério, pela sua erudição e cultura, pelas suas altas qualidades de inteligência e de carácter, e até pela modéstia e simplicidade incomparável de uma vida de cidadão exemplar, se constituiu legítimo credor das homenagens póstumas, não só dos seus concidadãos, mas de todos os portugueses.

Justo é lembrar aqui, todavia, que o Centenário do nascimento de Alberto Sampaio não passou esquecido, felizmente, há 15 anos, pois a Câmara Municipal de Guimarães, à qual então presidia o ilustre advogado vimaranense, Sr. Dr. João Rocha dos Santos, promoveu, de colaboração com a Sociedade Martins Sarmento, diversas homenagens à memória do prestigioso Historiador, entre as quais o descerramento de uma lápide na casa onde Ele nasceu, e o lançamento da primeira pedra do monumento que hoje finalmente se inaugurou.

Bem hajam os que, com esses actos de civismo e de reconhecimento público manifestaram, então, o quanto Guimarães devia ao espírito imortal desse investigador eminente, que tanto soube enobrecer a terra que lhe foi berço. Assim se prestigia e dignifica o Município vimaranense, quando mostra que sabe respeitar, como deve, a memória dos filhos mais ilustres desta terra, que bem a serviram no campo da Cultura intelectual, e mostrando também que, apesar de Guimarães ser uma cidade onde o trabalho mecânico, a Indústria e o Comércio, ocupam um lugar de primacial importância nas actividades locais — nem por isso deixa de manter, vivo e alto, o culto dos valores do Espírito.

De facto, se o trabalho material é um factor de progresso e dignifica o Homem — e sem ele não podemos cumprir as exigências inerentes à vida humana — também igualmente o Homem carece de viver por um ideal que lhe revele a razão de ser da sua existência. Ai daqueles que não saibam, ou não queiram, prestar culto às manifestações da Beleza eterna e aos dons da Inteligência, e não vivam animados pelas forças sobrenaturais e extra-terrenas, pois que só elas nos aproximam da luz e da verdade! Pobres daqueles que se alheiam do signo tutelar dos grandes vultos da Humanidade, dos santos e dos heróis, dos sábios e dos artistas — desses que inteiramente se entregam a um ideal superior e nos ensinam a espiritualizar a vida.

Alberto Sampaio pertenceu igualmente a essa legião eleita dos grandes condutores espirituais. Com outros dois insignes vimaranenses, com Martins Sarmiento e com o Abade de Tágilde, foi Sampaio um dos maiores reconstrutores, em moldes científicos, da história desta região do norte do país, dando assim, com os seus importantísimos trabalhos, um largo e valioso contributo para a elaboração da verdadeira História de Portugal. A grande lição que esses eminentes historiadores vimaranenses deixaram aos vindouros produziu seus frutos, porque eles tiveram, felizmente, discípulos. Inspirados nos seus rigorosos métodos científicos de interpretação histórica, outros vieram, filhos desta mesma terra, ou a ela estranhos, que bem souberam honrar a Obra de tão insignes Mestres.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Muito se pode dizer da mentalidade e da Obra de Alberto Sampaio, tão sugestivos são, em todos os seus aspectos, os magistrais estudos que escreveu entre os quais brilham, com esplêndido fulgor, *As Vilas do Norte de Portugal* e *As Póvoas Marítimas*. Muitas são também as fontes bibliográficas onde se podem seleccionar elementos que nos esclareçam na apreciação e comentário desses trabalhos.

Não nos compete, porém, proceder a uma tarefa dessa natureza, que aliás excederia muito os nossos limitados conhecimentos e estaria, evidentemente, fora do âmbito dos nossos modestos estudos predilectos, embora não raras vezes o arqueólogo colabore com o historiador.

Como o mais humilde dos admiradores da magnífica Obra de Alberto Sampaio, estamos aqui presente, não com a pretensão de comentar essa Obra do sábio, mas, singelamente, como representante que somos da Sociedade Martins Sarmiento, instituição que Ele tanto amou e prestigiou com a colaboração que em vida lhe concedeu. Não podia, portanto, a nossa Colectividade deixar de prestar, com esta Sessão solene, a sua cooperação à Câmara Municipal, e de associar-se, de alma e coração, a esta homenagem. E estamos aqui também como simples vimaranense, que se orgulha de o ser, e de ter como conterrâneos homens da envergadura intelectual e moral

de Alberto Sampaio e de Martins Sarmento — dois nomes que, por si sós, bastariam para dar glória perene à terra onde nasceram.

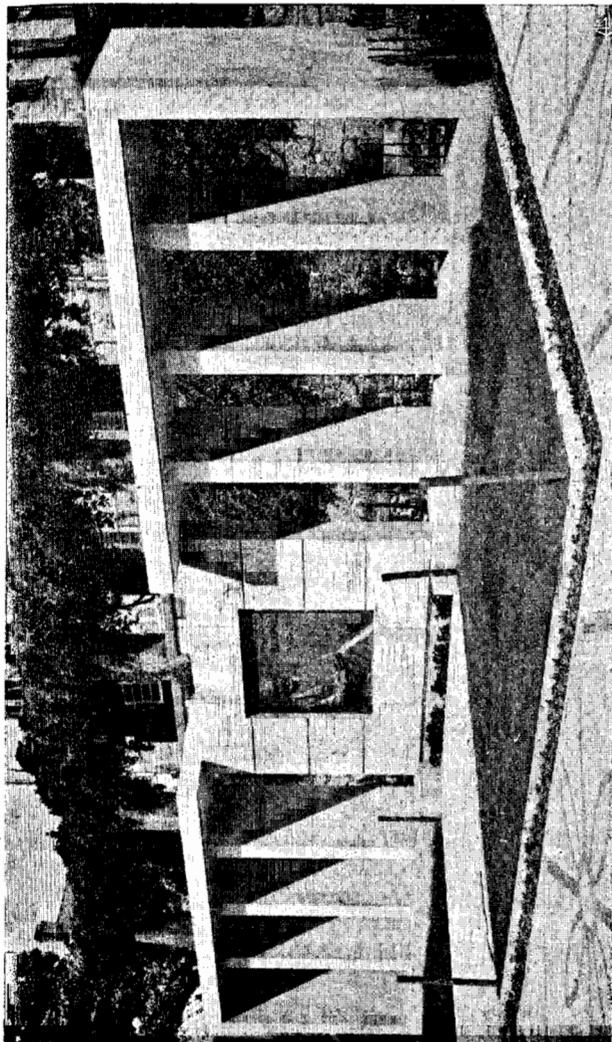
O tema desta Sessão não podia ter sido melhor entregue do que ao Conferencista que nos dá hoje a subida honra de aqui vir falar de Alberto Sampaio, nesta Casa que tão vivamente nos evoca a figura excelsa do grande escritor e medievalista vimaranense, desse homem sábio, bondoso e humildemente simples, de quem a falecida Esposa de Luís de Magalhães — um dos maiores amigos do historiador — dizia que a modéstia dele era tamanha que até parecia envergonhar-se do muito que sabia, «quase pedindo desculpa do seu saber e do seu valor às pessoas com quem convivia».

Devido a esta congénita humildade, apesar de ser tamanha a estatura moral e intelectual deste grande Escritor, quase passou desconhecido em sua vida, por entre a turba dos indiferentes, que o não compreenderam e ignoravam o seu alto valor. Apenas uma elite restrita, um pequeno círculo de amigos, em cujo ambiente espiritual vivia, conheceu este Nome e a extraordinária importância dos estudos históricos que Ele subscrevia, estudos que ainda hoje constituem a sólida base em que se apoiam modernas investigações sobre as origens e a formação social, política e económica da Nação. Não é grande, em volume e extensão, a Obra de Alberto Sampaio, mas é enorme em essência, em poder de síntese, em substância condensada. Nela encontramos as linhas mestras da nossa História, na sua gestação inicial: através dos seus estudos podemos entrever, num olhar retrospectivo, a ligação entre os factos sociais e políticos da Alta Idade Média e os primórdios da Nacionalidade; podemos abranger o nosso território ainda integrado nas instituições visigodas, após a decadência do Império Romano; ou, ainda mais distante no tempo, reconstituir a vida desta região, agreste e bárbara, povoada das «cidades» pré-romanas.

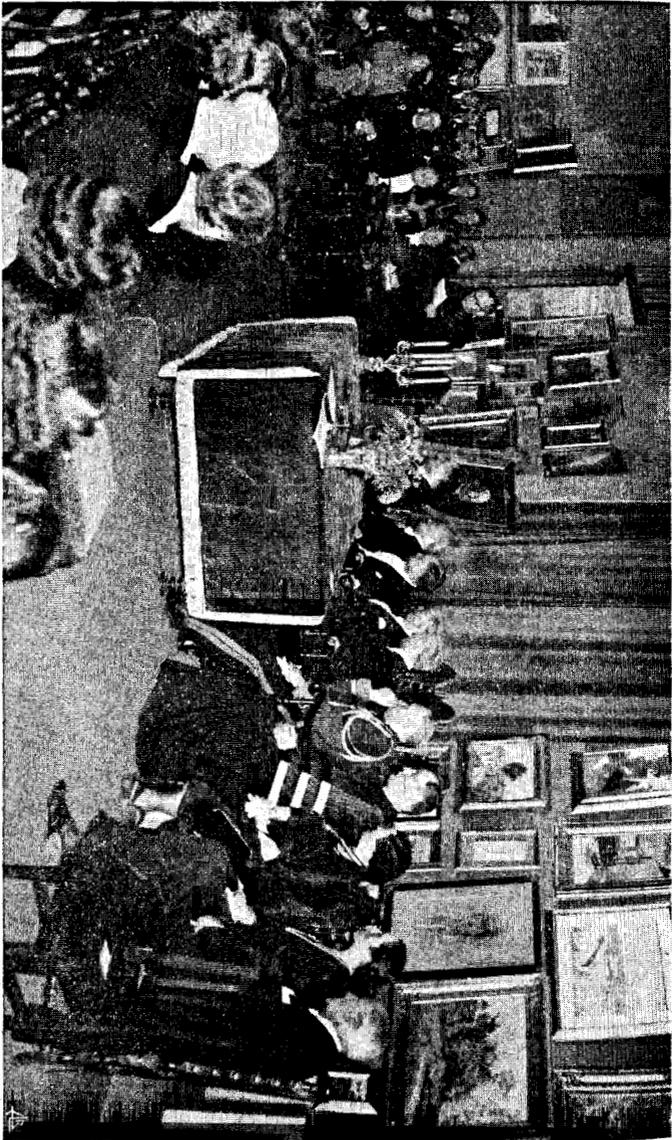
Foi dentro deste mosaico variado de Culturas e desta sucessão de influências e de civilizações estranhas, que Alberto Sampaio conseguiu com os seus estudos recompor as origens da nossa ascendência étnica, demonstrando a integridade racial do autóctone, do povoador e cultivador inicial da terra, através de tantas vicissitudes, do íncola cuja vida, humilde mas forte, jámais se extinguiu inteiramente no solo onde havia de nascer Portugal.

Alberto Sampaio definiu deste modo os contornos fundamentais da História pátria, que delineou no conhecimento íntimo do povo, em cujo ambiente estóico, vigoroso e simples, soube integrar-se. Pode dizer-se que o grande Historiador vimaranense foi dos primeiros a desvendar as verdadeiras raízes de Portugal. E assim, as obras de Gama Barros, de Herculanio e de Alberto Sampaio ficaram constituindo uma trilogia, onde assentam os fundamentos da moderna historiografia nacional.

Já Martins Sarmento, auscultando também o palpitar longínquo das «citânias», afirmara que o povo português possuía, nos *Lusitanos*, nossos avós, uma das mais puras árvo-



*Monumento erigido em Guimarães, à memória de Alberto Sampaio,
no dia 10 de Junho de 1956.*



Sessão Solene à memória de Alberto Sampalo, realizada no salão nobre da Sociedade Martins Sarmento, na noite de 10 de Junho de 1956. O Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares proferindo a sua Conferência sobre a Vida e Obra do Historiador almaranense.

res genealógicas dos povos antigos. Alberto Sampaio, estudando o viver do povo e recolhendo dados etnográficos e tradicionais, paralelamente à interpretação das fontes históricas, demonstrou que assim era, de facto: que Portugal não devia considerar-se uma nação relativamente moderna, com início em plena Idade Média, porque as suas raízes auriam a seiva e mergulhavam em nível muito mais profundo. E provou também que a História de Portugal não se apoiava apenas no conhecimento das suas instituições políticas medievais, mas na vida mult centenária de um povo que, através da Pré-história e das Idades posteriores, se irmanara absolutamente com o solo em que se havia fixado, muito antes de esse território se chamar o Condado Portucalense.

Vai pois o ilustre Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Senhor Doutor Sousa Soares, dissertar sobre esta Obra, tão grandiosa e complexa, de Alberto Sampaio. Ninguém o poderia fazer com maior competência, exactidão e sóbria propriedade do que este seu discípulo, entre os mais ilustres, erudito comentarista da Obra monumental de Gama Barros, douto e prestigioso Professor, autor ilustre de variados trabalhos de investigação histórica de intrínseco valor, como são os seus «*Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*», os «*Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*», as «*Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista*», e de muitos outros trabalhos de reconhecido mérito, que nos dispensamos de mencionar a este selecto auditório. Investigador distintíssimo, professor de História Medieval e de Diplomática, Director do Instituto de Estudos Históricos da Universidade conimbricense, tem prestado um contributo magnífico ao conhecimento da organização política e administrativa da Nação, na sua fase inicial da formação dos municípios, estudos esses fundamentais para a História geral do nosso país. Não devemos, portanto, protelar por mais tempo o prazer espiritual que vamos ter de ouvir tão distinto Conferencista.

Resta-nos finalmente endereçar as nossas saudações à entidade que com tamanha elevação soube realizar esta homenagem de hoje — à ilustre Vereação da Câmara Municipal de Guimarães, presidida por uma personalidade de rara e pertinaz acção, o Sr. Dr. José Maria de Castro Ferreira, nos esforços do qual todos os vimaranenses depositam as suas melhores esperanças dos progressos a que a nossa terra tem indiscutível direito.

Tenho dito.

Encerradas estas palavras, que foram sublinhadas com uma calorosa salva de palmas, levantou-se o Sr. Prof. Sousa Soares que leu a sua brilhantis-

sima conferência sobre a Obra de Alberto Sampaio, cujo texto S.^a Ex.^a nos autorizou a reproduzir na íntegra, nas páginas desta Revista :

Alberto Sampaio: o Homem e a Obra

Permita-me Vossa Ex.^a, Senhor Presidente, que, quebrando embora o protocolo usual nestas circunstâncias, eu me dirija em primeiro lugar à Ex.^{ma} Senhora D. Emília Ermelinda Sampaio da Nôvoa, que, nesta sessão soleníssima, representa a Família da grande figura que homenageamos, invocando sua bisavó, Mãe do Insigne Historiador, e vimaranense como ele, que, com a sua devoção e o exemplo de uma vida nimbada de heroísmo, soube, sôzinha — pois seu marido morrera pouco depois do nascimento do filho — inculcar-lhe as próprias virtudes que modelaram tão fortemente a sua alma de escol.

Em Vossa Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu quero saudar esta milenária cidade de Guimarães, escriptorio da alma da nação, que aqui se afeiçoou, talvez obscuramente, mas, nem por isso, de modo menos promissor.

Guimarães será sempre para nós, portugueses, não apenas o berço da nacionalidade, mas a máxima expressão dos nossos mais altos e mais nobres sentimentos.

Realmente, aqui não se gerou apenas Portugal. Geraram-se também aquelas virtudes que tanto o engrandeceram através de uma história mais de oito vezes secular.

Por isso, em Guimarães não há apenas paredes venerandas que nos evocam um passado glorioso; não há apenas vestígios materiais — quaisquer que eles sejam — de alguns dos momentos mais gloriosos da nossa História. Há o próprio espírito da Pátria, que aqui se formou e aqui se conserva íntegro!

E o espírito de Portugal, pela sua vocação ecuménica, está, como pioneiro, presente em todos os cantos da terra, mesmo mais do que nós próprios, portugueses, por vezes suspeitamos.

Contaram-me uma vez que, quando, na cidade de S. Francisco da Califórnia, se realizou no princípio deste século, uma grande exposição internacional, diante do pavilhão de honra que daí a momentos ia ser solenemente inaugurado, foram-se alinhando, chamados por um arauto, de um lado, os representantes dos diferentes estados americanos, e, do outro, os dos diversos países do mundo que aí se tinham feito representar. A chamada não era feita por ordem alfabética; não obstante, porém, o representante de Portugal ia vendo passar à sua frente os dos outros países, de todos os continentes, até que ficou só, completamente só, na tribuna. Uma hesitação, um momento de espera, e as trombetas tocam vigorosamente. Ouve-se então, como um grito de vitória, o nome de Portugal. Atónito e vexado, julgando que se procurava apenas reparar um lapso involuntário, o nosso representante avançou para o pavilhão central com passos indecisos, quase cambaleante. E só compreendeu o que se passava quando o Presidente do Estado, vindo ao seu encontro, lhe apresentou, sobre uma rica salva de prata, uma chave de ouro.

Era a chave do pavilhão de honra da Exposição que ia entregar ao nosso representante!

É que, tendo sido um português que pela primeira vez pisara essas remotas paragens, devia ser o representante de Portugal a inaugurar a exposição!

O que então se passou na longínqua cidade americana, podia passar-se, certamente, em muitos outros lugares de todos os continentes da Terra.

Pois bem, Senhor Presidente, isso não seria possível sem a gesta heróica de Guimarães, terra sacrossanta de nossos maiores!

Por isso, desta tribuna tão alta, se divisa o mundo! E por isso me sinto nela tão aflitivamente pequeno.

Praza a Deus que V. Ex.^{as} não o sintam tanto como eu.

Ex.^{mo} Reitor da Universidade do Porto,
 Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal de Guimarães,
 Ex.^{mo} Presidente da Sociedade Martins Sarmento,
 Ex.^{mos} Representantes da Autoridade Religiosa,
 Civil e Militar,
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

Há nomes que valem como um programa de vida, que é como quem diz, de paradigma de vidas; nomes de conteúdo tão rico, que só de lembrá-los sentimos o imperativo de um legado moral, a grandeza de uma palavra de ordem. São nomes que se erguem tão alto, que só a sua evocação estimula e edifica — e por isso se transformam em símbolos que entram integralmente no património moral das colectividades, sublimando-as.

É Guimarães um alfobre de nomes assim. E porque o é, não vale apenas como um aglomerado urbano que se afirma pela sua ancianidade ou pelo desenvolvimento das suas actividades económicas; vale sobretudo — acabei de o dizer a V. Ex.^{as} — como relicário das suas mais puras e mais representativas virtudes — daquelas virtudes que não só fazem grandeza dos povos, mas, só por si, justificam a sua existência — a sua perenidade.

Em Guimarães, berço da nação, nasceu Alberto Sampaio, que é, quiçá, quem até agora melhor soube apreciar e compreender a seiva que fecunda as mais fundas e mais vigorosas raízes da comunidade nacional. Parece que Deus Nosso Senhor, na sua infinita sabedoria, quis que o quadro que havia de enformar esse espírito de escol fosse o desta velha cidade, o do seu altaneiro castelo, que um sopro de fé e de heroísmo continua a animar.

Por isso, a figura de Alberto Sampaio se integra nesta severa e evocativa paisagem urbana tão bem como a de Mumadona ou a de D. Afonso Henriques. Pertence-lhe, e para sempre!

Mas apreciá-la não é tarefa fácil. Porque não basta a sabedoria, nem mesmo a mais vasta ou

a mais profunda. Só um verdadeiro espírito de humildade, diria mesmo, de renúncia — espírito que é apanágio dos heróis ou dos santos — poderá, realmente, permitir a visão integral de uma personalidade tão rica em todas as suas múltiplas facetas; de uma personalidade tão subtilmente dotada que, para bem a compreender, é quase preciso adivinhá-la nos recessos da sua modéstia, como gema que se esconde com o pudor do próprio brilho.

Procurarei vencer as minhas limitações; mas receio bem que elas vão deformar desastrosamente a figura que pretendemos evocar.

Senhor Presidente

Já uma vez dissemos que a memória e a obra de Alberto Sampaio, o exemplo da sua vida sem mácula, pertencem ao património espiritual da nação, como sendo dos seus valores mais representativos (1). E este conceito afigura-se-nos hoje mais verdadeiro do que nunca.

Não que Sampaio se tivesse amplamente afirmado pelas realizações do seu génio; mas porque se soube impor — e para sempre — pelos lampejos da sua inteligência criadora, que lhe dava a clara visão dos nossos quadros populacionais na sua integralidade.

Assim, mesmo quando a deficiência ou a obscuridade das fontes não permitia ao Historiador desenvolver a teia dos factos, seguindo o seu rasto através de sombras e lacunas ou de miragens enganadoras; mesmo quando, deste modo, a reconstituição desses factos não pôde ser fielmente feita; o seu espírito luminoso, se não nos dá imagens impecáveis, dá-nos, no entanto, quadros tão impressionantemente

(1) *Alberto Sampaio*, in *Revista Portuguesa de História*, t. II, pág. 539. Coimbra, 1943.

suggestivos, que terão sempre o mérito de constituir ampla plataforma para a consecução de sínteses perduráveis.

Abrindo caminho aos historiadores, Marc Bloch, um dos mais belos espíritos desta geração, que a morte traiçoeiramente ceifou em plena pujança, dizia que a investigação histórica nunca poderia permitir uma imagem de conjunto, com os matizes que a exactidão impõe, sem «pedir a um amplo horizonte os meios de classificação e interpretação dos mínimos acidentes da paisagem» (1). E ia até a afirmar que, por vezes, uma síntese, mesmo aparentemente prematura, presta maior serviço à reconstituição histórica do que muitos trabalhos de análise (2).

O nosso Historiador seguiu firmemente por este caminho. De facto, nunca a preocupação do pormenor o desviou da visão de conjunto, que sempre o acompanhou em todas as suas reflexões.

É que Alberto Sampaio viveu a História — como mais tarde diria ainda Bloch — «não como um anti-quário que se satisfaz do que envelheceu e acabou, mas como um verdadeiro historiador, cuja preocupação fundamental é a apreensão do que é vivo, do que, como tal, continua» (3). Com a determinação do minhoto que vive profundamente todo o drama que o rodeia, esse drama que nem por ser impregnado de suave bucolismo, na orquestração de uma paisagem aparentemente tão dadivosa, é menos intenso; com a determinação — quase diria obstinação — do minhoto que sente o seu caso nas raízes de uma ancestralidade a que se conserva fortemente ligado; o nosso historiador pôde, antecipando-se ao historiador francês, ler a História ao revés (4), isto é, partir do quadro

(1) *Féodalité, Vassalité, Seigneurie: à propos de quelques travaux récents. IV — La seigneurie rurale* («Annales d'Histoire économique et sociale», III, pág. 260).

(2) *Les caracteres originaux de l'Histoire rurale française*. Introduction, pág. VII.

(3) *Apologie pour l'Histoire ou Metier d'historien*, pág. 13 e 14.

(4) *Les caracteres originaux de l'Histoire rurale française*, Introduction, pág. XII.

vivo, que tinha diante dos olhos, para chegar até às origens, sem perder o contacto com as realidades que tão bem soube compreender e sentir.

Por isso o *caso* de Alberto Sampaio é certamente único na historiografia nacional. *Caso* aliciante, diria mesmo empolgante, por muito que, voluntariamente, teimosamente, se tivesse procurado sumir na serenidade de uma vida retraída de todo o convívio espectacular. Realmente, o que sobretudo impressiona no nosso Historiador é a vivência do seu espírito tão rico de virtualidades e, por isso, tão compreensivamente humano.

Aí está o segredo da sua fascinação. Afinal, o seu retraimento, longe de nos manter a distância, aproxima-nos dele. É o *Homem*, que, a nossos olhos, naturalmente se engrandece sem se deformar; o *Homem*, que, por isso mesmo, sentimos e compreendemos melhor, que avulta em todas as manifestações da sua actividade exemplar. Realmente, o humanismo de Alberto Sampaio é tão rico e tão largo, que ele não precisou de se erguer ostensivamente para ser verdadeiramente grande.

Conta Luís de Magalhães, que conviveu intimamente com o nosso Historiador, que o trato da terra, aliado à sua insaciada curiosidade, ao seu feitio estudioso e observador, ao seu interesse por todos os problemas concretos, fez de Sampaio um proprietário culto, um verdadeiro agrónomo e, mais especialmente, um viticultor e oenólogo distintíssimo (1); e o Coronel Mário Cardozo — a cujo espírito e a cuja acção me é imensamente grato prestar, nesta casa e neste momento, a minha vivíssima homenagem — acrescenta que foi um apaixonado da floricultura (2).

Como estes predicados e estes gostos espelham, como em cristal puríssimo, a alma delicada e sensível de Alberto Sampaio!

Para ele a actividade agrícola era modo de elevar a condição humana, tornar a vida mais rica de

(1) *Alberto Sampaio e a sua obra*, in *Estudos históricos e económicos*, vol. I, pág. X.

(2) *Revista de Guimarães*, vol. LI, pág. 195, nota 1.

espiritualidade, nimbá-la de poesia. Realmente, a terra que se rasga e afeiçoa, a árvore que se planta ou a flor que se cultiva — tudo isso espiritualiza e embeleza a vida, sem lhe tirar a humildade — essa humildade que Alberto Sampaio soube viver com tão arreigada convicção.

Era, visceralmente, um minhoto que, na própria timidez, encontra a força invencível que o havia de guerrear aos mais altos voos do espírito.

Dois episódios da sua vida constituem traço inconfundível do seu carácter: Convidado para apresentar a sua candidatura como deputado, logo objectou, para se escusar, «que lhe era impossível falar diante de vinte pessoas juntas» (1). E quando Oliveira Martins lhe pediu o seu conselho e até a sua colaboração no *Projecto de lei de fomento rural*, que preparava, Alberto Sampaio só lha concedeu sob condição formal de não revelar o seu nome. E, no entanto, a sua colaboração foi total (2).

Assim, liberto de compromissos e de peias, que, tantas vezes, envenenam e paralizam a vida, o grande Historiador realizar-se-ia integralmente se tivesse podido dispor de uma documentação mais abundante, e se a morte não viesse interromper brutalmente uma obra que estava ainda longe de atingir o seu termo.

Mas, não esqueçamos: Alberto Sampaio foi historiador por acréscimo, e, por isso mesmo, talvez com espírito mais largo e fecundo, pois dominava o quadro a reconstituir, vivendo-o intensamente com a sua própria experiência e a sua constante reflexão.

São disso claro testemunho os seus primeiros trabalhos que, embora não tenham a projecção dos últimos, nem por isso são menos expressivos. Ousaria até dizer que o seu interesse humano não é menor.

(1) Depoimento de Luís de Magalhães, in *Estudos*, cit. pág. VII.

(2) Depoimentos de Luís de Magalhães (*Estudos* cit., pág. XI), e especialmente de Jaime de Magalhães Lima, (*Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da Historia Nacional*, pág. 50).

Quero referir-me aos seus estudos de economia rural, o primeiro dos quais — «*A Terra, o clima, os homens e a administração pública*» — serviu de base ao que depois escreveu sobre «*A propriedade e cultura do Minho*» (1). Realmente, esses estudos têm já impressa a marca do seu génio, que se revela com uma segurança, um vigor e um equilíbrio tais, que, embora escritos há mais de três quartos de século, conservam ainda toda a sua frescura e actualidade.

Vale a pena determo-nos um pouco na sua apreciação.

O próprio título do primeiro marca uma directriz — aquele seu interesse por todos os problemas concretos, a que se referiria Luís de Magalhães (2). O estudo da terra tinha de começar pelo da sua estrutura geológica e das suas condições climatéricas.

Encarecendo a importância destes dados, acentua que o seu desconhecimento «não pôde ser substituído senão por experiências e ensaios que levaram séculos, em que se gastaram gerações, sofrendo contrariedades infinitas, até, enfim, se estabelecer empiricamente o sistema cultural adaptado à região. Mas a inspiração genial que era tudo nos tempos antigos, quando a espécie humana procurava, entre as sombras que a cercavam, a vereda que a conduzisse a realizar o ideal que trazia consigo, essa inspiração — observa ainda Sampaio — desapareceu desde que se começaram a ordenar as observações e a formular as ciências que constituem hoje a sua glória» (3).

Por isso — conclui — «os povos, que ficaram no estado antigo, decaíram ou desapareceram», e só «os outros, que souberam substituir por um estudo científico a inspiração dos primeiros tempos, se tornaram fortes e preponderantes» (4).

(1) Publicado in *Estudos históricos e economicos*, vol. II, págs. 155 a 188.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, pág. X.

(3) *Estudos d'economia rural do Minho*, in *Estudos cit.* vol. II, págs. 159-160.

(4) *Ibid.*, *ibid.*

Este excursus evidencia bem o espírito com que Sampaio encarava as actividades rurais. Era o mesmo espírito que, no ano anterior, o levava a promover uma exposição industrial em Guimarães, em cuja organização colaborou activamente, e a proclamar, a propósito dessa iniciativa, a necessidade de agitar os espíritos, isto é, «instruir, ensinar, convencer e acordar» (1).

Realmente, nunca a sua atitude, em face do aparente — e porque não dizer também aliciante — quietismo rural, foi meramente contemplativa. Como observámos já, o que lhe interessava, o que, portanto, procurava surpreender, era a vida, a vida que evolui e se transforma pela acção do íncola, que procura afincadamente realizar o ideal que traz consigo.

Testemunho desse mesmo espírito são as considerações que faz sobre a distribuição da água de rega numa região onde «a água é tudo» (2).

E que actualidade não têm ainda hoje os meios que propõe para se obter o seu melhor aproveitamento! Não resisto à tentação de lembrar a Vossas Ex.^{cias} as próprias palavras do grande vimaranense.

«Aqui a água é tudo: é ela quem determina o valor de uma propriedade, o qual será maior ou menor, segundo a quantidade de que puder dispor. No outono e inverno e parte da primavera lima os prados que produzem as forragens, sem as quais não se podem alimentar os gados e fabricar os estrumes de curral; de verão nutre os cereais e especialmente o milho, as hortaliças e legumes; por fim, depois de fecundar os campos, moe os grãos e massa o linho. Devemos todavia lamentar — comenta Sampaio — que num país assim cultivado se deixem perder, durante as chuvas fortes e torrenciais, as águas dos enxurros, de que fica privada a economia da região. O homem do Minho é muito hábil em pesquisar as correntes subterrâneas, captá-las e condu-

(1) *Resposta a uma pergunta: Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?*, in *Estudos históricos*, vol. I, pág. 581.

(2) *Ibid.*, vol. II, pág. 167.

zi-las para os seus campos, quer em regos a céu aberto, quer em aquedutos enterrados; mas despreza as torrentes pluviais que lhe pauperizam os terrenos, arrastando para os rios a melhor camada dos seus campos.

«Seria contudo fácil — continua — estabelecer nas depressões, nas pregas ou quebradas das encostas, nos acidentes das planuras, onde, enfim, a configuração o permitisse, barragens como nos Vosges alsacianos, ou presas que guardassem estas águas, que serviriam quer para regas directas, quer, pela infiltração, para aumentar o volume das fontes». E explica: «A água da chuva, sendo muito rica em princípios azotados, que se encontram principalmente no estado de amoníaco, é muito fertilizante e não deve ser perdida, sobretudo num país onde uma agricultura intensiva, não ajudada por adubos químicos que restituam as substâncias constantemente exauridas pelas diferentes culturas, tende a esgotar o solo e a reduzir cada vez mais a sua produção. O clima — observa ainda — estando também sujeito a estiagens bastante prolongadas, acontece muitas vezes que às chuvas, que duram oito a dez dias, sucede um tempo seco, com vento leste ou norte; então os terrenos, sendo pouco absorventes, secam depressa e precisam de água, que não há, porque foi enxurrada para os rios. As presas ou barragens forneceria demais o lodo, resultante da deposição das matérias terrosas, que voltariam aos mesmos campos de onde tinham sido arrastadas» (1).

Assim, Sampaio pôs, com mão de mestre, o dedo na chaga talvez mais gritante da nossa lavoura. Realmente, as condições em que a cultura da maior parte das terras deste nosso Minho se realiza não são de molde, por falta de iniciativa e providência dos nossos lavradores, a garantir uma compensação, mesmo mesquinha, do trabalho dispendido. E hoje, como ontem, o problema da água — e mais ainda da água rica em substâncias orgânicas e minerais indispensáveis à manutenção da fertilidade do solo — con-

(1) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 167-168.

tinua a ser o seu mais grave problema. Disse-o ainda há pouco, incisivamente, o talentoso jornalista de Braga, Aníbal de Mendonça, referindo-se ao minhoto como imprevidente e perdulário, que todos anos deixasse escapar, através dos bolsos vazios, uma fortuna que ganhasse na lotaria (1).

Podia e devia talvez referir-me também ao luminoso estudo sobre a cultura desses «arbustos silvestres e bravios, conhecidos pela denominação geral de *mato*», que, «rudes e intratáveis por causa dos seus espinhos agudos, são, apesar da sua difícil abordagem, uma das mais preciosas produções com que a natureza quis porventura compensar a pobreza inicial destes terrenos, e que o génio da raça, que se fixou no país, soube converter em benefício dos outros, que melhor se prestavam ao cultivo» (2); deveria certamente ainda analisar o longo artigo sobre o gado, que constitui a «primeira riqueza agrícola e, ao mesmo tempo, a maior glória do cultivador, pois que de todos os seus produtos nenhum outro mostrará melhor as suas faculdades criadoras», e que, «depois de ter recebido a impressão das forças da natureza, da civilização e do génio do homem, a seu turno imprime posteriormente a uma zona cultural a fisionomia predominante» (3).

Limitar-me-ei, no entanto, a chamar a atenção de Vossas Ex.^{cias} para a maneira como Alberto Sampaio observa a vida do boi, observação essa em que põe tanto da sua alma de lavrador:

«Quando bezerro, o animal é amimado como uma criança. Em casa dá-se-lhe a melhor e mais tenra erva: no campo pasta quase livremente: é com todo o escrúpulo agasalhado do frio e da chuva, e toda a família se desvela em carinhos. Quantas vezes não representa para ela a melhor esperança, e cuja perda seria um verdadeiro desastre!»

(1) *Chuvas abençoadas que se não aproveitam*, in *O Primeiro de Janeiro*, de 15 de Janeiro de 1956.

(2) *A cultura do mato*, in *Estudos cit.*, vol. II, pág. 189.

(3) *O gado*, *ibid.*, pág. 230.

«Sempre e incessantemente debaixo da vista do dono, ou longe ou perto de casa, nos campos ou no monte, o gado é constantemente *olhado* (vigiado); em geral são as crianças que fazem este serviço, que constitui a primeira aprendizagem da lavoira: se são raparigas ou mulheres, aproveitam o tempo fiando na roca.

«Na idade adulta, quando começam a diminuir as forças, depois de ter passado por muitas mãos e muitas localidades, depois de ter feito todos os trabalhos rurais e ter acarretado todas as mercadorias dum a outro extremo da província, quando deu quanto podia em serviço e em lucros, que se foram repartindo pelas diferentes transacções, chega enfim ao cevadão, que lhe vai pôr a carne e, por assim dizer, a última *toilette*.

«É então que lhe são satisfeitos todos os apetites. No estábulo morno e sombrio servem-lhe todo o penso, desde as raízes carnudas, as ervas, as folhas e rebentos das árvores, até à água grossa de farinha de milho maiz. O animal cansado saboreia em socego a comida succulenta, que incessantemente lhe apresentam e variam. A corte, alastrada a cada passo de mato, folhagem seca e palha, forma uma cama fofa e absorvente das dejeccções. Nesta atmosfera pesada, e quase na escuridão, comendo e remoendo, com as ventas húmidas e a vista satisfeita do gastrónomo, vai elaborando lentamente essa massa de tecidos que o hão-de fazer a ele, magro e cansado do trabalho, o *boi gordo*, o *boi bento* das antigas procissões de Braga» (1).

Mas é o homem, integralmente considerado, que logo o empolga. E assim é que, referindo-se ao Minho, a que circunscreveu sempre as suas preocupações de economista, a atenção de Sampaio se volta para os cultivadores da terra, para essa «grande classe de pequenos proprietários rurais, cultivando directamente os seus prazos», e para «a dos caseiros-colonos e a dos jornaleiros ou salarizados, que recla-

(1) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 235-237.

mavam as necessidades de uma cultura cada vez mais aperfeiçoada» (1).

«Os cultivadores assim estabelecidos e fixados na terra mediante uma pequena renda (*foro* ou *canon*) — observa — esforçaram-se por tornar cada vez mais produtivo o seu casal; e, no revolver de muitas gerações, aumentando a população e a riqueza, imobilizaram ali um enorme capital, representado em toda esta multiplicidade de obras que demanda a agricultura intensiva num país acidentado, e exigindo demais, com o seu clima peninsular, águas de *rega* e *lima* para o completo desenvolvimento das plantas herbáceas estivais. Por toda a parte, a população rural disseminou-se pela extensão da superfície cultivada, vivendo em habitações dispersas, mais ou menos próximas das terras que cultivam (2). Esta população, em geral desleixada na limpeza e no vestuário, sobretudo enquanto trabalha, é ávida de *luxos*, de vestidos vistosos e, as mulheres, de adereços de ouro. A maior parte das economias femininas é colocada nestes enfeites, que nos tempos tristes são vendidos, e o seu produto aplicado à satisfação de necessidades mais imperiosas». E Alberto Sampaio não se esquece de surpreender os ranchos de mulheres «quando se vêem caminhar para uma feira ou romaria, com fatos domingueiros, pujantes de vida, com grandes brincos e o peito coberto de cordões e adereços, todas faiscantes de ouro...» (3).

Mas isso não basta para caracterizar a gente do Minho. A sua religiosidade, que «quase lhe dá uma feição especial», é também lembrada, pois «a religião constitui realmente o fundo de toda a sua vida moral» (4).

É, porém, no estudo que intitulou «*A apropriação da terra e as classes que constituem a população campestre*», que Alberto Sampaio traça mais comple-

(1) *A terra, o clima, os homens e a administração pública*, in *Estudos cit.*, vol. II, pág. 173.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 173-174.

(3) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 179.

(4) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 180.

tamente as formas de povoamento que no Minho se verificam mercê das condições naturais do meio e dos acontecimentos históricos condicionados por aquilo a que se compraz em chamar *o génio da raça* (1). Desde as sortes de mato até às leiras das agras e à horta e cortelho, não esquecendo as diferentes formas de distribuição das águas, e a própria casa a que «o cultivador do Minho pede apenas um abrigo sem luxo nem conforto» (2), tudo é exposto em quadros de uma beleza literária por vezes impressionante na sua simplicidade, como aquele em que surpreende a vida do casal agrícola.

«O quinteiro ao meio, a um lado as cortes com os animais nédios e gordos, ao outro a cozinha térrea com a sua grande lareira e os escabelos de carvalho, seguida do sobrado onde também guardará as arcas trasbordando de grãos, a varanda que lhe dá comunicação pela escada exterior, debaixo do sobrado a adega e o lagar, no fundo o telheiro para guardar a apeiria — é neste limitado recinto que se concentra toda a vida do casal; é aqui, onde pessoas e animais, atascados em estrume meio feito, vivem em verdadeira confraternidade, ameigando-se ou ralhando-se alternadamente, tristes ou alegres consoante a fartura ou a magreza dos tempos; onde, enfim, nunca cessa o movimento e a vozeria, senão quando a noite obriga a recolher cada um ao seu ninho, uns às enxergas duras do sobrado, outros à palha fôfa das barras» (3).

Talvez me tivesse demorado demasiadamente a rememorar estes passos daquela obra de Alberto Sampaio, que geralmente se esquecem, certamente por se considerarem de menor monta.

Creio, porém, que não se poderá apreender perfeitamente o sentido e o alcance — o espírito — da que foi depois realizando, sem partir daqui, deste pen-

(1) Por exemplo: *ibid.*, págs. 175, 189 e 223.

(2) *A apropriação da terra e as classes que constituem a população campestre*, in *Estudos cit.*, vol. II, pág. 225.

(3) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 225-226.

dor tão acentuado, tão vivo da sua mentalidade, pois foi esse mesmo pendor que lhe deu da História o rasgado sentido humanista que o grande Marc Bloch havia de definir em termos graciosos, mas lapidares: «O bom historiador assemelha-se ao ogro da lenda; onde cheira a carne humana aí está a sua caça» (1).

Com uma intuição verdadeiramente genial, o nosso Historiador sabia adivinhar a sua presa; ou, melhor, sabia compreendê-la, porque considerava não apenas o braço que realiza, mas o espírito que guia.

Realmente, à luz de uma experiência plenamente vivida nos seus múltiplos aspectos, e de conhecimentos históricos que essa mesma experiência torna mais nítidos e expressivos, Alberto Sampaio vai mais longe: procura explicar o cenário humano que se desenrola à sua vista, amorosamente enleada nele — esse cenário que lhe permitiu dizer: «Se a terra do Egito é um presente do Nilo, segundo a frase de Heródoto, a do Minho é, sem dúvida, o resultado das fadigas dos seus habitantes» (2).

E são justamente essas fadigas que, depois de versar a terra, o clima, as plantas e animais, tenta surpreender, nas suas próprias origens, em novo e mais largo estudo, que intitulou «*A propriedade e a cultura no Minho*».

Ele mesmo o diz claramente:

«Entre as grandes preocupações do espírito humano, a questão das origens tem sido e será sempre uma das mais culminantes: origem de dilatados ou pequenos povos, dos habitantes de um continente ou de uma ilha, a importância é a mesma para um grupo determinado». E explica: «Uma sociedade não rebenta espontânea do solo, nem se forma de jacto. A árvore, antes de crescer, florir e frutificar, tem de se enraizar profundamente para haurir os princípios constitutivos. Como esta é também aquela. No longo decurso da existência social, o homem vai criando e adquirindo as diferentes insti-

(1) *Apologie pour l'Histoire*, cit., pág. 4.

(2) *A propriedade e cultura do Minho*, Estudos cit., vol. I, pág. 455.

tuições que fazem a sua glória de *ser* inteligente e consciente» (1).

Para esta evolução muito contribuíram, certamente, os surpreendentes resultados das investigações arqueológicas levadas a efeito pelo grande Martins Sarmiento, seu fraternal amigo, que sobre ele exerceu considerável influência, já sensível ao ocupar-se, no trabalho anterior, da origem da dispersão populacional do Minho.

De facto, logo ao começar o capítulo IV, em que estuda os homens, Alberto Sampaio observa: «É hoje fora de dúvida, depois das tão celebradas explorações arqueológicas do Sr. Sarmiento, que os antigos habitantes do Minho viviam no cimo dos montes em pequenos povoados conhecidos tradicionalmente pelo nome de *citánias*, *cividades* ou *castros*» (2).

Nesse longo capítulo, é já, na verdade, o historiador, senhor do seu método, que investiga, analisa, compara e constroi. Empolgado pelo ambiente, em que vive perfeitamente integrado, Alberto Sampaio quer vivê-lo também com a mesma intensidade desde as suas remotas origens. Daí a audácia das suas hipóteses, de todo o seu trabalho de reconstituição histórica — a audácia de quem procura com inflexível determinação, diria mesmo obstinadamente, imagens e explicações que, fazendo desaparecer sombras e lacunas, haviam de projectar intensa luz sobre a longa história do seu e nosso Minho.

É certo que a base eurística de Sampaio foi notoriamente deficiente e, nem sempre, criticamente aceitável. Mas, talvez por isso mesmo, mais ainda há que admirar-lhe o espírito, essa espécie de intuição que é a marca indelével do verdadeiro historiador.

Por isso, imprime carácter aos seus trabalhos históricos aquela elegância e equilíbrio que são a justa medida de uma forte personalidade.

(1) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 454.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 499. Já no estudo anterior sobre a economia rural do Minho se referira à opinião de M. Sarmiento (*Ibid.*, vol II, pág. 177).

Não nos deteremos a analisar este estudo, aliás tão sedutoramente original. Mas não queremos deixar de assinalar o ponto de vista do nosso Historiador sobre o destino da população cristã depois da invasão muçulmana.

Aceitando fundamentalmente a tese de Herculano sobre o ermamento, que — observa — «marca um destes estádios em que de repente se suspende todo o desenvolvimento social», o nosso Historiador admite, no entanto, sagazmente, que «os habitantes das *vilas* e *vilares*, afastados e longe dos caminhos mais trilhados, deveriam ficar; com toda a probabilidade seriam esquecidos» (1), a eles se vindo juntar, à medida que iam renascendo a paz e a segurança, novos povoadores vindos do norte (2).

O quadro seria perfeito se tivesse acrescentado à origem dos recém-chegados as regiões do sul, de onde também certamente provinham em consequência de novos ermamentos (3).

Mas Alberto Sampaio vai mais longe, dando-nos uma explicação originalíssima da origem do nosso sentimento nacional.

Em consequência das campanhas de Afonso I, a região ao sul do Douro, compreendida entre este rio e o Vouga, teria ficado indecisa nos tempos pròximamente seguintes, isto é, «enquanto a repovoação e governo se não fortaleciam ao norte. Mas — observa — não tardando a dar-se aí a colonização neo-goda, o poder cristão estendeu-se logo definitivamente até ao Vouga».

«A nova aquisição — continua o nosso Historiador — estava contudo longe da Galiza, e naturalmente os condes do Porto precisavam, para sustentar a fronteira, de um ponto de apoio firme, como seriam as populações cobertas pela linha do Douro; daí

(1) *Ibid.*, vol. I, págs. 517.

(2) «A colonização — diz Sampaio — seguiu, como era natural, a mesma direcção da reconquista» (*Ibid.*, *ibid.*, pág. 521).

(3) Prova-o a toponímia, embora em escala muito reduzida. Por outras razões, defendi esta tese em *O repovoamento no norte de Portugal no século IX* (*Biblos*, vol. XVIII, t. I) e *Formação do sentimento nacional português* (Separata da revista *Estudos*) págs. 22-24.

procedia talvez a necessidade de se ir alargando para o norte os limites do novo condado ou província; e, porventura, tal foi o motivo de se incorporarem pouco a pouco as modernas províncias do Minho e Trás-os-Montes, que sempre pertenceram à antiga Galiza, no condado que toma uma nova designação, por não ser possível dar-lhe outra, visto ter de se desenvolver sobre a Lusitânia, agora em poder dos sarracenos» (1).

O quadro não é definitivo. Há mesmo a corrigir alguns dos seus conceitos. Mas fica de pé a ideia de um núcleo populacional distinto da Galiza, a que se teriam incorporado as populações minhotas.

Sampaio considera, porém, esse núcleo estruturalmente diferente do que subsistia ao sul do Vouga, «sarracezinado pelas colónias extra-europeias recebidas no longo domínio muçulmano». Daí «não ser Portugal uma unidade etnológica nem uma expressão geográfica» (2).

É a tese dos *dois Portugais*. Mas ao passo que, então, o Historiador considerava que essa circunstância pouco importava para a vida do país (3), alguns anos depois, em momento de profunda depressão nacional, havia de lhe atribuir toda a responsabilidade da nossa irremediável decadência (4).

Foi, porém, um fogacho. E o Historiador regressa à serenidade das suas meditações, às suas «*Vilas do norte de Portugal*», que depois de um resumo saído na «*Revista de Portugal*», começara a publicar em 1893, na *Revista de Guimarães*, de onde passou para a *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e, finalmente, para a *Portugalia* (5).

(1) *Estudos cit.*, vol. I, pág. 526.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 528.

(3) *Ibid.*, *ibid.*, *ibid.*

(4) Vide o artigo *Ontem e hoje*, escrito em 1892 (*Estudos cit.*, vol. I, págs. 429-446). Procurei refutar os argumentos do Autor em *Formação do espirito nacional português*, págs. 13-20.

(5) A publicação deste estudo no vol. I de *Portugalia* (1899-1903) sofreu «correções e acrescentamentos em tal extensão, que só esta deve ser considerada a única edição idêntica» («Prólogo», in *Portugalia*, vol. I, pág. 97).

Neste estudo verdadeiramente empolgante, a sedutora personalidade de Alberto Sampaio revela-se inteiramente, em toda a sua maturidade. Não é apenas o historiador erudito que conhece os factos e os sabe interpretar. É mais do que isso: o pensador que consegue, como que por um prodígio de metempsicose, fundir a sua alma com a alma da terra, transportando para o seu mundo subjectivo toda a complexidade da paisagem física e humana do mundo em que vivia, dominando-o não só no momento que passa, mas desde as suas mais remotas origens.

Mas esta atitude mental—diria talvez melhor: este estado de alma—não é isenta de perigos, mormente quando, subjacente, vive uma ideia que é uma aspiração permanente de justiça social. Essa ideia já Sampaio a expusera antes, nos seus «*Estudos de economia rural do Minho*», ao esboçar como que um programa que permitisse dar à freguesia possibilidades novas de vida.

Considerando então que «a organização administrativa de todo o país, formulada não se sabe sobre que princípios, depauperiza e esgota as paróquias rurais» (1), procura remediar—é próprio esse o seu objectivo—uma situação deprimente, que cada dia se torna mais angustiosa. Assim, proclama a «necessidade de organizar, de uma maneira definitiva e prática, as paróquias rurais», contrariando a corrente que arrasta as populações rústicas para as cidades. Realmente, «este movimento, que parece ser precursor de uma catástrofe social, acumulando em habitações sem ar nem luz, apinhados uns sobre outros, indivíduos e famílias que se não conhecem e a quem nenhuma tradição prende à nova localidade, este movimento, ainda que filho de condições sociais que parecem impróprias para o novo modo de ser da indústria moderna, pode, pelo menos, ser consideravelmente retardado, se a legislação tornar mais atractiva a vida das freguesias rústicas». E Sampaio prossegue com o entusiasmo de quem, conhecendo a amplitude do

(1) *Estudos* cit., vol II, pág. 184.

mal, encontrou o remédio capaz de o aniquilar: «Neste sentido, a primeira necessidade é prender nas pequenas localidades a população que as forma; e o único meio de que se pode dispor desde já é fazer de cada paróquia um organismo que se administre a si mesmo, e simultâneamente dar-lhe os meios de tornar aí a vida mais atractiva, tanto nas suas condições materiais como morais. O que impele muitas vezes um indivíduo da terra onde nasceu, não é tanto a avidez de um maior salário, como o aborrecimento e tristeza de se ver num sítio abandonado e desprezado. Mas que seja a paróquia quem organize o seu registo civil, o seu cadastro, a sua matriz industrial, e o orçamento da sua receita e despesa; que tenha uma escola ou escolas e uma biblioteca popular; que possua os meios de melhorar os seus caminhos vicinais e ligá-los com as estradas gerais de rodagem; que possa socorrer os seus desvalidos e educar os seus filhos; que debata todas as suas questões e delibere em comícios que pode celebrar na igreja paroquial; que se lhe dê um juiz electivo com funções determinadas tanto em caso de transgressões policiaes como na formação de inventários em certos limites; que se lhe concedam os meios de aformosear as suas localidades, como se dá às câmaras municipais; que possa regular a sua policia e tomar as medidas sanitárias de primeira necessidade. Tal organização, satisfazendo à justiça social, concorrerá enèrgicamente para prender mais e mais o indivíduo à sua terra; e, livrando-o das illusões das grandes cidades, voltar-lhes-á a atenção para o estudo das questões que o rodeiam». E conclui: «Só neste caso pode haver esperanças que se melhorem as nossas antigas indústrias e especialmente a agrícola» (1).

Dar à freguesia o lugar que lhe compete na comunidade nacional; erguer-lhe o nível material e moral, como hoje diríamos; tornar a vida dos seus vizinhos de uma operosidade mais rendosa; em suma, fazê-los mais felizes, sem que tenham de recorrer ao expediente da emigração — tal é, pois, o propósito

(1) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 187-188.

que Alberto Sampaio ardentemente exprime, como dádiva de amor à terra que o viu nascer, a esta boa terra e a esta boa gente do Minho.

O plano que propunha implicava, porém, uma profunda transformação do agregado paroquial. Por isso se sente a inquietação com que procura um fundamento para ele.

Para transformar a freguesia minhota numa unidade social e económica, numa verdadeira colectividade unida por laços de uma forte solidariedade moral, era indispensável que a sua própria índole justificasse ou, melhor, pedisse essa transformação. E Alberto Sampaio vai retomar o problema nas suas «*Vilas do norte de Portugal*», que é, afinal, o estudo da génese da freguesia rural minhota, sucessora da *villa* romana.

Fá-lo porém — escusado até seria dizê-lo — num plano infinitamente mais largo. Ele o diz, considerando-se satisfeito «se os entendidos o julgarem de algum valor, pequeno que seja, para o conhecimento das origens; se dos elementos que coligiu resultar um esboço, embora rude, do estabelecimento da propriedade e sistema cultural no norte do país; se, enfim, conseguir por esta maneira alargar um pouco o nosso horizonte histórico» (1).

A resposta a estas proposições do grande Historiador, deu-a, incisivamente, o Dr. Jaime de Magalhães Lima, em conferência notabilíssima, pronunciada nesta mesma Sociedade, sobre «*Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da História Nacional*», dizendo: «Foram *As Vilas do Norte de Portugal* que, produzindo a primeira dilação verdadeiramente angular da história pátria, depois de Herculano, nos ensinaram uma história diferente das histórias passadas, história da grei, sucedendo, e não raro se contrapondo, à história dos heróis». E conclui: «Pela primeira vez assistimos claramente à operação magnífica que podemos chamar a desurbanização da história nacional» (2).

(1) *Ibid.*, vol. I, pág. 6.

(2) Págs. 34-35.

Não cometeremos a deselegância de criticar minuciosamente — muito embora o saldo positivo dessa crítica não pudesse deixar de ser imensamente grande — este tão sugestivo estudo, em que o insigne Historiador é por vezes vítima dos seus próprios méritos e virtudes: um extraordinário poder de síntese que, alicerçado num perfeito conhecimento da região e da sua vida, lhe permite encontrar prontamente a explicação que procura, levando-o à interpretação dos acontecimentos históricos quase com a mesma desenvoltura com que explicaria factos actuais (1); e por outro lado — e sempre — uma afeição avassaladora à sua terra e à sua gente — afeição progressiva na intensidade com que se revelou, como justamente acentua Magalhães Lima (2).

Assim, embora «*As vilas do norte de Portugal*» constituam um dos mais belos monumentos — se não o mais belo — que à organização da vida rural nortenha jámais se ergueu, as suas conclusões precisam, por vezes, de ser cuidadosamente revistas. É que Alberto Sampaio, cada vez mais seduzido pela vetustez da vida da sua região, enleia-se na ideia da sua continuidade, que nenhuma força foi capaz de quebrar. E, assim, a cada passo vê a imagem fiel, a reprodução integral da organização que os romanos — aproveitando os elementos imemorialmente fixados no país — criaram, com uma robustez tão surpreendente, que havia de resistir a todas as convulsões que sucessivamente a agitaram.

A construção de Sampaio é aliciante. O fisco romano cria a unidade agrária transformando o detentor da parcela comunal em *possessor* e, mais tarde, em verdadeiro proprietário (*dominus*). Mas «só ao cabo de algumas gerações, é provável, a nova ordem de coisas pôde ser compreendida pelos antigos colectivistas; só então os fragmentos dos territórios das cidades, ocupados dantes por título precário, foram

(1) Por exemplo, a explicação que dá sobre a origem da «fossadeira» (*Estudos cit.*, vol. I, págs. 235-240).

(2) Conferência cit., pág. 48.

chamados *villae*, prédios em domínio pleno, cujos limites, obliterando por completo os das circunscrições dos povos, se fixaram tão profundamente, que ainda hoje existem» (1).

Os suevos e os visigodos não alteraram este quadro. E quando a invasão sarracena e a reconquista cristã trouxeram a desordem e a confusão, recompor o passado foi a grande preocupação da sociedade, que de novo ocupa as glebas de que fugazmente se apartara (2).

«Por isso—conclui o Historiador—as vilas mencionadas nos *diplomata* eram as superfícies rurais, exploradas irregularmente desde o tempo das cidades, e legalizadas depois pelos romanos, que lhes impuseram o cunho da sua forte civilização» (3). E, apesar da corrente do desmembramento que, com o andar dos anos se estabeleceu, as «antigas superfícies agrárias são ainda, na maior parte, visíveis: as relações de parentesco e amizade que se estabeleceram durante séculos entre os cultivadores de cada uma, não permitiram o desaparecimento das demarcações primitivas; fraccionadas, e deixando de ser o *dominium* de um único indivíduo, as vilas não perderam por isso a sua individualidade histórica; o tempo tinha-lhes dado a coesão moral necessária para persistirem como núcleos sociais, apesar de todas as transformações jurídicas». E assim, «a *freguesia rural*—molécula fundamental da sociedade portuguesa, foi uma criação espontânea popular, nascida das relações seculares entre os cultivadores de um mesmo prédio ou vizinhos, remontando ao tempo em que Roma ensinou aos habitantes das cidades as suas leis e a sua civilização» (4).

(1) *Estudos* cit., vol. I, pág. 40.

(2) Alberto Sampaio já não perfilhava então a tese do eramento, que Herculano defendera e ele mesmo, como vimos, seguira essencialmente no seu estudo sobre *A propriedade e cultura do Minho* (*Estudos* cit., vol. I, pág. 517). As razões dessa mudança de opinião, enuncia-as em *As vilas do Norte de Portugal* (*Ibid.*, *ibid.*, págs. 53-57).

(3) *Estudos* cit., vol. I, pág. 71.

(4) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 77-78.

Alberto Sampaio vai, porém, mais longe: para ele a freguesia não é apenas um agregado assim, a que a organização religiosa imprime carácter. De facto — afirma convictamente — «se, na organização desta, o eclesias-ticismo foi o ponto de partida, ela cedo se apresen-tou também como pequena comuna rural, pois os fre-gueses, *filhos da igreja*, em virtude da sua união, formavam uma molécula social distinta» — «espécie de comuna sem carta, que se forma em volta do campanário» (1).

Com um ardor semelhante, tinha-se Herculano batido pelos *seus* municípios, essas inexgotáveis reservas de liberdade e de força moral que enobrecem a vida dos povos.

Chamadas, por sua vez, à liça por mão mais humilde, mas não menos firme, as nossas freguesias rurais apresentam-se assim, perante a História, enobrecidas por uma personalidade que a sua vetustez tornou inconfundível.

Como afirmação dessa personalidade, está, na visão do grande Historiador, o juiz de eleição popular — o juiz que, sendo um dos vizinhos, representa, pela força do seu voto, a comunidade inteira (2).

A miragem é sedutora, mas nem por isso deixa de ser miragem (3). Não importa. O espírito agudo e luminoso de Alberto Sampaio impregna tão completamente e tão fundo esta obra, que as suas imperfeições longe de o empanarem, parece até contribuir — tão engenhosas e tão alíciantes são as hipóteses apresentadas — para lhe dar mais brilho!

Mas a actividade mental de Alberto Sampaio não chegara ao seu termo.

Já em 1889, anos antes de «*As vilas do norte de Portugal*» entrarem no prelo, apresentara, na sessão

(1) *Ibid*, *ibid.*, pág. 178.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 178-179.

(3) Já tive ocasião de o dizer, observando: «É certo que algumas freguesias tinham juiz privativo, mas não é esse o caso geral. Realmente, o *judex* que os inquiridores mencionam é, em regra, o *judex terrae*, verdadeiro delegado do rei no distrito» (*Revista Portuguesa de História*, t. II, pág. 551).

em honra do Infante D. Henrique, que a « Sociedade de Instrução do Porto » promoveu nesse ano, uma memória sobre « *O norte marítimo* », a que deu o subtítulo de *Notas para uma história* (1).

Este novo estudo é, como todos os do Historiador, extraordinariamente sugestivo. Sente-se o cheiro da maresia que adivinha a nossa epopeia marítima, essa epopeia a que tantos homens do norte deram o seu esforço heróico; e toda uma actividade febril perpassa diante de nós. Como que o nosso Historiador sentia que não bastava perscrutar a vida do agricultor minhoto para ver integralmente a alma da província, ou antes, a alma de Portugal nortenho — esse Portugal que se estendia até ao Vouga, e que persiste em considerar tão diferente do outro, constituído, ao sul desse rio, como « um fragmento da Espanha muçulmana » (2).

Cheio de vibração, procura então celebrar, com mal contido entusiasmo, a vitória desse velho solar da Pátria, de que o outro Portugal não teria sido senão um acrescentamento.

— Pois não foi do norte que partiram os batalhadores que o conquistaram e lhe impuseram a própria língua? E não foi ainda no norte que se criaram muitos dos valores mais representativos da nossa actividade marítima?

Mas a parte mais viva deste trabalho consiste na investigação da nossa actividade portuária desde tempos muito anteriores à fundação da monarquia, até à época dos descobrimentos (3). O espírito de Alberto Sampaio não podia ficar indiferente a este labor tão fecundo. Impunha-se-lhe, portanto, a sua observação mais atenta, mais larga. Daí o estudo que só muito mais tarde, depois de concluídas *Vilas*, começaria a publicar (4).

(1) Publicada in *Estudos* cit., vol. I, págs. 373-423.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 374.

(3) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 377-401.

(4) *As póvoas marítimas*, que começou a publicar na revista *Portugalia*, em 1904.

«Ao trabalho da terra segue-se o do mar; às *vilas* rústicas, as povoações costeiras», dizia em carta a Luís de Magalhães (1).

«Não raras vezes — observaria depois, no prólogo do seu novo trabalho — uma afirmação social nos parece simples criação de momento, quando por trás dela há já o labor obscuro de muitas gerações. E, como que para justificar o seu propósito, insiste: «Que um conjunto de ideias e factos observados esteja latente por larga diuturnidade, não é razão para lhe passarmos por cima a esponja do esquecimento. Sementes muito enterradas germinarão com vigor, se um acidente as trazer mais à superfície do terreno, de antemão preparado» (2).

Já tive ocasião de dizer que este novo ensaio do grande Historiador corre parilhas em originalidade com a de «*As vilas do norte de Portugal*», se é que não a excede (3).

Na verdade, «*As povoações marítimas*» têm o mérito de nos revelar uma actividade tão obscura quão fecunda, em que pouco se tinha reparado ainda.

É certo que algumas das hipóteses formuladas precisam de ser cuidadosamente revistas, mas quantos dados e quantas observações, que são definitivas, nos oferece a sua construção!

Como é natural, o Porto, desde as suas origens até ao seu desenvolvimento portuário, ocupa neste estudo lugar primacial.

Conjugando os dizeres do *Itinerário de Antonino* com a Crónica de Idácio, o Historiador conclui ser o *Portucale castrum*, a que se refere o bispo flaviense, e que supõe localizado na margem esquerda do Douro, a própria *Calem* do *Itinerário*, e, portanto, distinta do *Portucale locum* da margem direita, a que também se refere o mesmo cronista (4).

(1) Carta de 10 de Agosto de 1902, publicada por Mário Cardozo in *Revista de Guimarães*, vol. II, pág. 258.

(2) *Estudos cit.*, vol. I, pág. 257.

(3) *Revista Portuguesa de História*, t. II, pág. 553.

(4) *Estudos cit.*, vol. I, pág. 263.

A transformação do topónimo *Cale* em *Portucale*, explicara-a Sampaio pela circunstância de ter sido a velha citânia lusitana «aproveitada pelos romanos para a estação, da qual, localizada no alto, vinham os passageiros embarcar em baixo», e que, dada a proximidade da citânia, «ligada sem interrupção com o embarcadero», não passaria a constituir um povoado distinto. Mas, na margem direita do rio, as circunstâncias eram diferentes: a formação de uma povoação marginal torna-se assim «indispensável, quer para abrigar os passageiros do norte, quando, por força de temporal, a travessia exigisse demora, quer para entreposto das mercadorias da Galécia». Esta teria sido a origem do *Portucale locum* de Idácio (1).

Esta tese foi, mais tarde, impugnada pelo Dr. Leite de Vasconcelos (2); mas assentando as conclusões do eminente arqueólogo num equívoco, como ainda há pouco mostrou o Dr. Sousa Machado em um curioso estudo sobre as origens da cidade do Porto (3), não há que a referir aqui. Por outro lado, não sofre contestação o facto de a *Divisio regis Theodemiri* nos oferecer uma lista de paróquias da época sueva, como provou, de modo que julgamos definitivo, o grande mestre que foi o Prof. Pierre David (4), que pela memória e pela obra de Alberto Sampaio nutria verdadeira admiração (5). Assim, é fora de dúvida que já na época sueva, em frente ao *Portucale castrum antiquum* da margem esquerda do Douro, se erguia o *Portucale castrum novum* da margem direita.

Fundamentalmente, portanto, está certa a tese de Alberto Sampaio: o novo castro português,

(1) *Ibid., ibid.*, págs. 263 e 264.

(2) No artigo intitulado *Cale e Portucale*, publicado na *Revista Lusitana*, vol. 29.º, págs. 50 a 56.

(3) *As origens da cidade do Porto — O problema de Portucale*, págs. 17-46.

(4) *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, págs. 6 e segs.

(5) Vide, por exemplo, as referências que lhe faz no estudo sobre *La métropole ecclésiastique de Galice du VIII^e au XI^e siècle: Braga et Lugo* (*Ibid.*, pág. 170, passim).

origem da cidade do Porto, teria surgido em consequência da fundação, na época sueva, da nova diocese, a par da qual nasceu, como considera o grande Historiador, «uma povoação, abastecida provavelmente, no princípio, com elementos do Portucale romano — marginal» (1).

Mas, depois da conquista sarracena e da restauração levada a efeito por D. Afonso III das Astúrias, — restauração essa que se seguiu ao abandono da cidade por mais de um século, «à circunstância de ser a terra, com intervalos maiores ou menores, uma fronteira do país muçulmano, acrescia a barra do Douro sem defesa — porta sempre aberta às devastações» (2). Por ela vão entrar normandos e sarracenos que, com as suas incursões e pilhagens, tornam aí a vida cada vez mais precária. É o nosso Historiador, utilizando muito hábilmente os escassos e obscuros documentos dessa época agitada, consegue tirar deles conclusões interessantíssimas para a história da cidade e actividade marítima dos seus moradores.

É certo que algumas das fontes utilizadas não são isentas de suspeição, o que nos obriga a uma revisão cuidadosa das suas ilações; mas nem por isso a visão de Alberto Sampaio deixa de se impor não só pela sua originalidade, mas também pela sua sagacidade, mormente quando trata das consequências da transformação do mar fechado em mar livre, em virtude da tomada de Lisboa aos mouros (3).

Assim, depois de se referir à importância dos contactos com os cruzados, que, partidos da Holanda, de Inglaterra e da França, estacionavam «frequentemente, desde a primeira expedição, nos nossos portos», o Historiador observa: Foram eles «que trouxeram conhecimentos técnicos e de geografia comercial aos portugueses, inexperientes não só na arte de marear no alto-mar, mas carecidos também de noções exactas sobre os povos do norte da Europa e do Levante,

(1) *Estudos cit.*, vol. I, pág. 272.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 277.

(3) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 291 e segs.

assim como dos produtos mercadejáveis com uns e outros ». E acentua: « Sem este auxílio, seria impossível a lavradores, especializados na sua ocupação e sequestrados num canto obscuro da Península, lançarem-se em tão curto prazo a correr o oceano » (1).

Teria sido, assim, a conquista de Lisboa que tornou viável esta aprendizagem, provocando a prosperidade mercantil do norte do país e, conseqüentemente, o desenvolvimento demográfico e constitucional da cidade de Portucale, cujo porto a empolga. Mas Alberto Sampaio não circunscreve as suas reflexões ao Porto; estuda também minuciosamente o desenvolvimento da população costeira de todo o litoral nortenho, e a sua crescente actividade marítima — e fá-lo com verdadeira mestria, em face das inquirições, dos forais e de outros diplomas da chancelaria. É todo um aspecto a bem dizer inteiramente novo da nossa actividade mercantil na Idade-Média que o Historiador nos revela neste estudo sedutor.

Infelizmente, porém, não o pôde terminar (2). Mas o que deixou escrito é o bastante para lhe assinalar um lugar de excepcional relevo na nossa historiografia contemporânea.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Tal é a obra de Alberto Sampaio — a obra que o immortaliza.

Disse Jaime de Magalhães Lima que « o homem que tamanhas riquezas nos prodigalizou, viveu só vida de amor; só do amor procede a sua obra » (3). Por isso — observa ainda o mesmo escritor — « na História não o tentaram investigações de erudição pela erudição, nem especulações filosóficas, nem esplendores de arte, nem labirintos diplomáticos, nem quanto

(1) *Ibid.*, *ibid.*, pág. 304.

(2) Realmente, do último capítulo — o V — especialmente dedicado ao comércio marítimo, só foi publicada uma pequena parte em edição póstuma (*Estudos cit.*, vol. I, págs. 363-369).

(3) Conferência cit., pág. 47.

cativa o orgulho dos temperamentos aristocráticos; correu direito à morada dos humildes, ao labor e canseiras dos servos da gleba, e fervorosamente os contemplou desde as origens até àquela hora em que os tinha diante dos olhos a tirar da terra o pão com o suor do rosto» (1).

Por sua vez, Luís de Magalhães traça-lhe assim o perfil moral:

«Raramente o espírito, o carácter e o coração se terão simultaneamente elevado e equilibrado num indivíduo, como se elevaram e se equilibraram na personalidade de Alberto Sampaio.

«Inteligência larga e profunda, cultivada por uma ilustração variadíssima e capaz de, ao mesmo tempo, se absorver na meditação dos problemas mais transcendentes e fixar-se na análise das questões mais especiais e mais práticas; natureza moral de que a virtude, a nobreza, a sinceridade eram, por assim dizer, a essência intrínseca e incorruptível; bondade afabilíssima, cheia de extremas delicadezas de sentimento e exteriorizada num trato em que a doçura afectuosa e a cortezia irrepreensível não eram um esmalte superficial da educação, mas uma emanção espontânea da sua intensa cordealidade,—este homem, tão ricamente dotado, tinha-se concentrado em si mesmo, todo recolhido na sua modéstia e na sua desambição, que eram tão grandes como a sua inteligência e o seu carácter.

«Estudava para si, pensava para si, quase que escrevia só para si, como quem satisfaz uma íntima e exclusiva necessidade do seu espírito. O seu trabalho mental, a sua obra de historiador, eram mais o efeito espontâneo de um pensador activo, estimulado por uma curiosidade sem limites, do que um fim deliberado, o exercício de um labor que a nós mesmos nos impomos para afirmar, por meio dele, a nossa personalidade. Assim — conclui — o estudar e o escrever não foram nunca, para Alberto Sampaio, uma tarefa: foram um calmo e suave emprego do

(1) *Ibid.*, pág. 55.

seu tempo, uma grata e deleitosa aplicação do seu espírito» (1).

Não obstante o vivíssimo interesse deste impressionante depoimento, a que a nota emocional não consegue quebrar a objectividade dos conceitos justíssimos, o certo é que Alberto Sampaio não se alheou — como poderíamos ser levados a concluir das palavras de Luís de Magalhães — dos graves problemas que então afligiam a Nação.

Por vezes até, nos seus escritos, como que se adivinha a intenção de os resolver ou, pelo menos, de criar um ambiente propício à sua resolução.

Foi certamente com este espírito que proclamou a necessidade de rever a nossa organização parquial em páginas vibrantes. E foi ainda com o mesmo espírito que escreveu a memória «*O Norte Marítimo*».

— «Lembrando o passado — interroga — confessaremos perdidas as esperanças no futuro?»

— Não — responde prontamente — porque «podemos reatar, *quando quisermos*, as nossas antigas tradições marítimas» (2).

Mas o exemplo mais característico desta atitude mental é o artigo «*Ontem e Hoje*», que escreveu em momento de profunda depressão nacional (3). As expressões são de incrível pessimismo; mas a vibração é tão intensa, o azorrague — pondo de parte conceitos que não são realmente defensáveis (4) — é brandido com tanta destreza e decisão, que o que Alberto Sampaio espera não é a morte — é o ressurgimento!

O ressurgimento da nossa economia, do nosso equilíbrio e consequentemente da fé nos nossos destinos — os destinos deste Portugal nortenho que tanto estremeceia e que tão desveladamente serviu!

Tenho dito.

(1) *Estudos históricos e económicos*, vol. I, prefácio, págs. VIII e IX.

(2) *Ibid.*, *ibid.*, págs. 422-423.

(3) Janeiro de 1892.

(4) Dissemo-lo já in *Formação do espirito nacional português*, págs. 10-13.

*

Terminada esta magnífica oração, o Sr. Presidente Prof. Dr. Amândio Tavares encerrou com chave de ouro, em sóbrias, concisas e elegantes palavras, a homenagem ao grande Historiador, elogiando a maneira como o Sr. Prof. Sousa Soares desenhara, com inextinguível brilho literário, a figura intelectual e moral de Alberto Sampaio, dirigindo igualmente expressões de muito apreço à Câmara Municipal de Guimarães pela iniciativa que tomara e à Sociedade Martins Sarmento pela sua cooperação cultural nesta justa homenagem consagrada a um vulto nacional de tão assinalada grandeza.

De harmonia com a segunda parte do programa desta Sessão, seguiu-se um excelente concerto de música de Câmara pelos consagrados artistas portuenses Carlos de Figueiredo, violoncelo, e D. Filomena Campos, ao piano, que interpretaram, com perfeita execução e superior mestria alguns trechos de Sammartini, Weber, Chopin e Óscar da Silva, sendo calorosamente aplaudidos pela distinta assistência, que por completo enchia o salão Nobre da Sociedade.